

Caríssima(o) Associada(o),

Com desmedida satisfação apresento os livros dos Grupos de Trabalho, do XXIII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado na cidade de João Pessoa entre os dias 5 a 8 de novembro de 2014. Registro a satisfação de presidir um Congresso do CONPEDI, com a honrosa e difícil situação de substituir o nosso presidente Professor Vladimir Oliveira da Silveira, que realizou profícuas administrações. .

Cabe aqui o registro de que, “mais uma vez, superamos a marca de artigos submetidos ao nosso evento e a participação de mais de setenta programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC – o que confirma a expansão e credibilidade de nossa associação. A partir do árduo trabalho dos associados conseguimos colocar o CONPEDI entre os maiores eventos científicos, do Brasil e das Américas, recebendo cerca de 2000 artigos científicos, envolvendo mais de 300 avaliadores na organização de 80 grupos de trabalhos, inseridos entre as inúmeras linhas de pesquisa dos nossos mais de 80 programas stricto sensu na área do Direito”. Ao longo desses últimos anos, o CONPEDI fez florescer a pesquisa jurídica como uma importante aliada para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária, como sempre assinalou nosso ex-presidente, o professor Vladimir Oliveira da Silveira.

O Congresso desenvolveu a temática sobre “A humanização do Direito e a horizontalização da Justiça no século XXI”. Sem dúvida é marcada a importância do debate, nos primórdios do século XXI, quando estamos diante de uma série crescente de desafios ao Direito.

Ao longo dos 04 (quatro) dias do congresso foram debatidos, uma série de temas da maior relevância para o Direito, tais como: (1) Instrumentos de efetivação de Direitos Fundamentais, (2) Experiências interdisciplinares em Direitos Humanos, (3) Democracia e Cidadania na América Latina , (4) ensino jurídico, (5) justiça de

transição, (6) A humanização do mundo; (7) Direitos Econômicos, sociais e culturais e desenvolvimento; (8) Educação Jurídica: o novo marco regulatório; (9) Humanização das penas; (11) Teoria do Direito e gênero nos Tribunais Internacionais; (12) Direito e Sustentabilidade; (13) O Direito Internacional Público Contemporâneo; (14) Direito e Economia; (15) Direito e Novas Tecnologias; (16) Direito do Consumidor; (17) Direitos Econômicos e Globalização; (18) Direito Internacional e globalização; (19) desafios do novo código de processo civil; (20) A atualidade do pensamento de Celso Furtado, dez anos depois de sua morte; (21) Acesso a justiça; (22) fomento e inovação em pesquisa; (23) efetividade do Direito Ambiental na contemporaneidade e (24) Biodireito. Registramos igualmente, a realização dos fóruns dos Coordenadores e da Federação de Pós-Graduandos em Direito – FEPODI.

Importante destacar e reconhecer o apoio recebido do CNPq e da CAPES. Registramos também o comparecimento e participação da professora Cláudia Hoesler, coordenadora da área, que recém nomeada, procurou assinalar as linhas gerais de sua atuação e a ela desejamos uma feliz condução da área a exemplo do que foi realizado pelo seu antecessor, professor Martônio Mont’Alverne Barreto Lima.

É importante fixar que, dando continuidade a grande aproximação que foi desenvolvida pela diretoria anterior, com o IPEA nos últimos anos, ampliamos o diálogo institucional principalmente através do painel Contribuição da Estatística para a Pesquisa Jurídica, onde concretizamos um avanço no debate sobre métodos quantitativos e pesquisa jurídica.

Não podemos deixar de realçar o grandioso esforço da equipe da UFPB, da UFCG e especial destaque para a UNIPÊ, Evidente que os desafios foram imensos, mas enfrentados e finalmente superados, pelos professores, técnicos, discentes da pós-graduação e da graduação.

Florianópolis, verão de 2015

Raymundo Juliano Feitosa

Presidente do CONPEDI

APRESENTAÇÃO

Talvez por ser uma disciplina muito recente ou até mesmo inexistente em grande parte dos cursos de Direito no Brasil, a História do Direito desperta grande curiosidade e alguma imprecisão. Não é raro, infelizmente, encontrar-se na “introdução” de muitos trabalhos acadêmicos uma espécie de “justificativa histórica”, ou a “história” daquele tema tratado, com saltos cronológicos imensos ou mesmo a tentativa frustrada de justificar a força de uma determinada concepção que se queira “comprovar historicamente”.

Pelas mesmas razões, trabalhos acadêmicos que pretendam pesquisar assuntos sob a perspectiva da História do Direito, muitas vezes carecem de uma reflexão metodológica, pois como se sabe, não basta a boa intenção de produzir academicamente em nenhuma área; é necessário que haja a consciência metodológica própria daquela área. No caso da História do Direito não é diferente: percebe-se a curiosidade, a boa intenção, as tentativas e inseguranças e também a ausência de uma reflexão que dê ao pesquisador a consciência de que a História do Direito não pode ser utilizada como instrumento legitimador de determinada concepção que se queira afirmar no presente, nem como um entendimento simplista de continuidade de conceitos, percepções, sentidos e instituições.

Não obstante, é gratificante perceber que o interesse pela História do Direito tem crescido nos últimos anos. Embora ainda se identifique as ressalvas antes descritas, o simples fato de haver mais pesquisa e produção no campo da História do Direito, gerando a necessidade de criação de dois Grupos de Trabalho sobre o tema neste CONPEDI, deve ser motivo de comemoração.

No caso do GT História do Direito II, os trabalhos foram organizados em dois grandes grupos: no primeiro os artigos que apresentaram cortes cronológicos e/ou temáticos específicos. No segundo grupo aqueles que apresentaram grandes sínteses e/ou grandes períodos de análises.

Assim, compõem o primeiro grupo: - Elder Paes Barreto Bringel; Daniel Carneiro Leão Romaguera; A POSSE DA TERRA SEM TÍTULO E SEU TRATAMENTO JURÍDICO DURANTE A COLONIZAÇÃO E IMPÉRIO DO BRASIL - Wendel Rosa Borges; João Da Cruz Gonçalves Neto; DISTRIBUIÇÃO DO PODER ESTATAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA: O CASO DA REVOLTA DE PRINCESA - Bradson Tiberio Luna Camelo; O PODER MODERADOR E A SUPREMACIA EXECUTIVA APÓS 1988 - Telmo Olimpio de Almeida Ferreira Rocha; Wanny Cristina Ferreira Fernandes; O DIREITO SURTIU ANTES DA ESCRITA - Luís Fernando Scherma Reis. A INCLUSÃO DA EXCLUSÃO DOS INDIOS NO BRASIL - Juliana Neuenschwander Magalhães; A COMPATIBILIZAÇÃO HISTÓRICA ENTRE O PRINCÍPIO DEMOCRÁTICO E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: UMA ANÁLISE DA

DEMOCRACIA NORTE-AMERICANA E CONTROLE DE
CONSTITUCIONALIDADE AUSTRIACO NA MODERNIDADE

E o segundo: REFLEXÕES SOBRE MARX E DIREITOS HUMANOS - Marcos Leite Garcia; A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS – DA GÊNESE A APOTEOSE BRASILEIRA COM A EMENDA CONSTITUCIONAL 80/2014 - Fabio De Souza Schwartz; A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS MECANISMOS PARA MANUTENÇÃO DA PAZ NA ESFERA INTERNACIONAL: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE AS INSTITUIÇÕES E MÉTODOS DE PROMOÇÃO DA PAZ QUE PRECEDERAM A ONU - Hugo Lázaro Marques Martins; A ESCOLA DO RECIFE E A SUA CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA - Ana Paula Maria Araújo Gomes; José Ivan Calou de Araújo e Sá; A HISTÓRIA DAS REVOLUÇÕES PARADIGMÁTICAS DO DIREITO PENAL À LUZ DO PENSAMENTO FILOSÓFICO DE THOMAS S. KUHN - Ângelo Maciel Santos Reis; A TRANSPOSIÇÃO DO PENSAMENTO DE AUGUSTO COMTE NO POSITIVISMO JURÍDICO BRASILEIRO: CIENTIFICIDADE JURÍDICA E EXCLUSÃO DA DIMENSÃO SOCIOLÓGICA - Everaldo Tadeu Quilici Gonzalez; Agostinho Geraldo Gomes; ASPECTOS HISTÓRICOS DA DESAPROPRIAÇÃO DO IMÓVEL RURAL POR DESCUMPRIMENTO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE COM ÊNFASE NO ASPECTO AMBIENTAL: DAS SESMARIAS À CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - Leandro Almeida de Santana; Eriberto Francisco Bevilaqua Marin; CONTRATO DE COMPRA E VENDA (EMPTIO-VENDITIO): ATUALIDADE DO INSTITUTO DO DIREITO ROMANO NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO - Eunicélia de Fátima Carneiro da Silva; HISTÓRIA E FORMAÇÃO DOS SISTEMAS CIVIL LAW E COMMON LAW: A INFLUÊNCIA DO DIREITO ROMANO E A APROXIMAÇÃO DOS SISTEMAS - Morgana Henicka Galio; PARA ALÉM DO CONTRATO SOCIAL - UMA BREVE CAMINHADA NA OBRA DE ROUSSEAU - Gabriel Fliege de Lucena Stuckert; Fernando Quintana

Que o interesse pelo tema se aprofunde e se qualifique. Boa leitura.

Florianópolis, Rio de Janeiro e Brasília, dezembro de 2014.

Antonio Carlos Wolkmer (UFSC)

Juliana Neuenschwander Magalhães (UFRJ)

Eneá de Stutz e Almeida (UnB)